



Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

Portugal na CEE: da inevitabilidade às crises de crescimento

Adesão O balanço entre os prós e os contras da entrada de Portugal na CEE é claramente positivo. Do lado dos prós está a modernidade, a consolidação da democracia e o desenvolvimento.

António Freitas de Sousa
antonio.sousa@economico.pt

Entre o ano de 1962, em que o velho ditador Oliveira Salazar testou a possibilidade de aproximar Portugal da então CEE, até à assinatura do Tratado de Adesão em Lisboa (faz hoje 30 anos) – passando pelo período de consultas com vista à adesão iniciado em 1972 por Marcello Caetano, pela reabertura do processo em 1977 pela mão de Mário Soares e pelo primeiro sucesso do grupo rock GNR “Portugal na CEE” (1981) – o país confrontou-se com a inevitabilidade da adesão àquela estrutura pró-federativa europeia.

Quase 600 anos depois do início da aventura portuguesa fora da Europa (a tomada de Ceuta, no Norte de África, foi em 1415), o país regressava exangue ao lugar de onde tinha partido: o império do Oriente desaparecera há muito, o império do Brasil também e o império africano estava no fim, acossado pela reserva dos nossos próprios aliados ocidentais (entre eles o Papa Paulo VI e o Presidente norte-americano John F. Kennedy) em aceitar a eternização da presença portuguesa naquele continente.

Restava a Europa – e até Salazar, um ano depois de o MPLA ter aberto o primeiro conflito armado nas colónias, percebeu isso. Os grandes grupos económicos também: António Champalimaud e o poderoso grupo CUF (da família Mello) multiplicavam parcerias com empresários europeus, cuja face mais visível era a presença dos suecos da Eriksberg e da Kockums e dos holandeses da El NDSM, e da Wilton-Fijernoord no capital da Lisnave, o primeiro grande

empreendimento nacional virado para a economia internacional.

“Portugal não tinha alternativa”, diz o politólogo Viriato Soromenho Marques, autor da obra ‘Portugal na Queda da Europa’ – uma espécie de resumo da presença do país na União Europeia. “Era, aliás, a alternativa mais racional”, afirma, como também o disse o socialista e ex-ministro António Vitorino em declarações ao Económico.

A adesão formal foi assinada

com pompa e circunstância a 1 de Janeiro de 1986 no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, por Mário Soares, que no mês seguinte seria eleito Presidência da República. O primeiro impacto da adesão será a drenagem para Portugal de fundos financeiros (ver pág. 16) que pretendiam estreitar o ‘gap’ de desenvolvimento entre o país e a média da CEE. “Foi a inserção num espaço económico incontornável”, como afirmou ao Económico o presidente da CIP, António Saraiva, com os

fundos estruturais a servirem de esteio ao investimento maciço em infraestruturas e no sector produtivo.

Consolidação da democracia

Mas, como recorda o social-democrata e ex-ministro António Cadilhe, “a entrada do país na CEE foi também a garantia da vida democrática” num país que havia saído há pouco de uma ‘guerrilha’ – que esteve por diversas vezes muito próxima da guerra civil – entre dois lados opostos: a democracia ocidental e o socialismo pró-comunista.

A consolidação da democracia é o pano de fundo necessário e suficiente para o “aperfeiçoamento institucional”, nas palavras de Soromenho Marques, e para “uma visão cosmopolita, mais moderna, uma cultura aberta ao mundo, que é um dos traços morais da adesão”, que António Vitorino salientou.



António Vitorino
Ex-comissário, ex-ministro do PS
Portugal seria “um país substancialmente diferente” se não tivesse entrado na CEE. O saldo é, para o ex-comissário, muito positivo e do lado negativo só há a salientar “as dificuldades de adopção do euro” e a PAC.

Miguel Cadilhe
Ex-ministro do PSD
“A abertura à modernização” e a “garantia de democracia” são, para o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva, os aspectos mais positivos da adesão à então CEE. A perda de instrumentos económicos estará do outro lado.



António Saraiva
Empresário, presidente da CIP

Há na Europa um lado não cumprido, diz o empresário. Falta federalismo e união bancária. Nesse quadro, diz, “não se pode falar verdadeiramente de coesão” nem de sentido político. Mas “o desenvolvimento é claro”.

Viriato Soromenho Marques
Filósofo e politólogo

O balanço da adesão “é 90% positivo” mas, para o politólogo, “ainda falta saber-se o que vai resultar da união económica e monetária”. E esse é um aspecto fundamental, num país que esteve anos em crise.

Com o euro no horizonte

Um ano mais tarde, em Novembro, entraria em vigor o Tratado da União Europeia (Maastricht)

PORTUGAL ENTRA NA CEE COM...



– ‘remasterizado’ pelos Tratados de Amsterdão (1999), Nice (2001) e Lisboa (2007) – que foi uma espécie de refundação da ‘velha’ CEE, que implicaria o aprofundamento do federalismo, mas também o reforço das instituições europeias, com as consequentes perda de poder e de decisão nacionais e a burocratização de Bruxelas e Estrasburgo. Foi também o lançamento da futura moeda única europeia, o Ecu (também alvo de uma referência musical “Tu queres Ecus” (1992) dos Peste & Sida e que em boa hora foi rebaptizado como euro). E foi aí que as coisas começaram a complicar-se.

“A perda de instrumentos macroeconómicos, nomeadamente as políticas monetária e cambial, não é necessariamente má – porque se pode fazer mau uso desses instrumentos”, afirma Miguel Cadilhe, mas foi um golpe rude numa economia que

ID: 59683649

12-06-2015

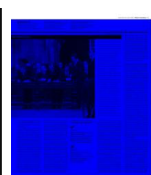
BANDEIRA DA UE

● A bandeira da União Europeia, além de simbolizar a União de diferentes povos, representa também a unidade e a identidade da

Europa. O círculo de estrelas douradas representa a solidariedade e a harmonia entre os povos. As estrelas são doze porque tradicionalmente este número

constitui um símbolo de perfeição, plenitude e unidade. Assim, a bandeira manter-se-á sem mudança, independentemente dos futuros alargamentos da UE.

Audiovisual da União Europeia



UMA CRISE POLÍTICA



Mário Soares e Rui Machete assinam o tratado de adesão à CEE a 12 de Junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos. Os ministros Jaime Gama e Ernâni Lopes aguardam a sua vez. Um dia depois, Mário Soares comunica a demissão do cargo de primeiro-ministro. A ascensão de Cavaco Silva no PSD, após a morte de Mota Pinto, mudou a relação entre o partido e o PS no Bloco Central. Entre divergências pessoais e políticas, os dois líderes partiram a corda, mas combinaram fazê-lo só depois da assinatura. A tensão estendeu-se a quem devia assinar o tratado. Cavaco exigiu que Machete assinasse, sob ameaça de fazer cair o Governo, lembra Joaquim Vieira, na biografia de Mário Soares. Soares não queria - tinham sido Ernâni Lopes, Jaime Gama e António Marta a liderar as negociações - mas teve de ceder e substituir Marta por Machete (só quatro podiam assinar, segundo as regras europeias).

Dezembro de 2007, os 27 Estados-membro assinaram o Tratado de Lisboa, que tinha como bondosos objectivos aumentar a democracia, a eficácia e a transparência das instituições europeias, tornando a União capaz de enfrentar os desafios globais das alterações climáticas, da segurança e do desenvolvimento sustentável. O Tratado de Lisboa foi ratificado por todos os países antes de entrar em vigor, a 1 de Dezembro de 2009.

Subitamente, no Verão passado

No Verão anterior, em Setembro, o banco norte-americano Lehman Brothers desapareceu. Era lá problema deles, dizia-se - mas nos meses seguintes isso sofreu um trágico desmentido: a crise do 'subprime' chegou às praias da Europa e varreu o continente como um tsunami. Irlanda, Grécia e Portugal - "as três cobiças mais fracas do projecto de união económica e monetária", como dizia Soromenho Marques - foram os primeiros países a sucumbir, com a Espanha, Itália e França a ocuparem o vagão seguinte, que esteve prestes a começar a andar nos trilhos que levariam ao descarrilamento. De então para cá (e até ao fecho desta edição), a União Europeia ainda não deixou de existir - mas a crise que se instalou no seu interior deu novo alento aos eurocépticos, desacreditou as instituições (e os homens que as compõem) e deu mais força aos extremistas. Mas também deu um novo espaço ao Banco Central Europeu (BCE), fundado em Junho de 1998 e um dos pilares da recuperação. Entretanto, desde Março de 2014, há uma guerra nova às portas da União: é entre a Ucrânia e a Rússia e ninguém sabe a certo até onde chegarão as suas ondas de choque.

Apesar de tudo, António Vitorino, Miguel Cadilhe, António Saraiva e Soromenho Marques consideram todos que o saldo da presença de Portugal na União Europeia é claramente positivo. O cosmopolitismo, as questões laborais e de igualdade de género, a liberdade de circulação, a dignidade que os emigrantes portugueses ganharam, as preocupações pelo ambiente e, de um modo mais genérico, a modernidade e o desenvolvimento patrocinados pela adesão foram alguns dos aspectos salientados - com a lista de Vitorino a ser a maior de todas. ■

ainda não tinha atingido o equilíbrio e estava habituada a usá-los para disfarçar as suas incapacidades.

Uns anos antes, em 1989, o Muro de Berlim caía inesperadamente, com estrondo. A reunificação da Alemanha deixava claro que, em pouco tempo, a CEE nunca mais seria a mesma: a absorção de alguns países da antiga órbita da União Soviética pela comunidade era o preço a pagar pelo fim da Guerra Fria. No dia 1 de Maio de 2004 República Checa, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Eslovénia e Polónia (juntamente com Chipre e Malta) passavam a fazer parte da União Europeia. De um dia para o outro, Portugal deixava os últimos lugares da União em termos de diversos índices macroeconómicos e aproximava-se da média do desenvolvimento da Europa a 25 (Bulgária e Roménia entrariam em 2007 e a Croácia

em 2013). Mas isso eram só estatísticas. Que, noutros dois aspectos, funcionariam a desfavor do país: os fundos comunitários para o desenvolvimento teriam necessariamente de ser repartidos pelos novos membros; e a representatividade do país diluir-se-ia numa guerra de 'importâncias' entre países do primeiro e do segundo pelotão.

Mas, por aqueles dias, tudo isso parecia não ter grandes implicações: em Março de 2000, o Conselho Europeu definiu a Estratégia de Lisboa, que elegeu o emprego, as reformas económicas e a coesão social como as prioridades até 2010; em 1 de Janeiro de 2002 dá-se a entrada em circulação do euro - com Portugal a fazer parte da elite que a ele teve acesso; e em Junho de 2004 Durão Barroso, até então primeiro-ministro, é escolhido como presidente da Comissão Europeia (cargo que ocuparia até ao ano passado).

OS PRÓS E OS CONTRAS



A FAVOR

- Desenvolvimento económico, social e do trabalho.
- Abertura ao mundo global, à modernidade e ao diferente.
- Suporte institucional, entre outros, conferido pela União.



CONTRA

- Dificuldades de adesão à moeda única.
- Política Agrícola Comum, que destruiu a agricultura.
- Perda de capacidade de decisão nacional.

Pelo meio, a União sofreu um enorme percalço - que toda a estrutura de Bruxelas tentou minimizar da forma que pôde: a Constituição Europeia (ou Tratado Constitucional), publicada em Julho de 2003 e assinada em Outubro de 2004, em Roma, e que deveria ser sufragada pelos Estados-membro, acabaria por ser um projecto completamente falhado - em 29 de Maio de 2005 a França votou maioritariamente contra a sua adopção, abrindo um precedente que acabou por determinar que o texto fosse, pura e simplesmente, atirado para o cesto dos papéis.

A UE tentou reencontrar-se no Tratado de Lisboa, mas o fracasso da Constituição deixou claro que o euro-cépticismo ganhava espaço e que o federalismo era olhado por um número não despidendo de europeus com muitas, mas mesmo muitas reservas. Seja como for, em



Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

OPINIÃO

A Europa nunca foi apenas económica

Estratégia Não aproveitámos como devíamos as ajudas da adesão e a nossa governação foi, no geral, pouco eficiente.



Rui Machete
Ministro dos Negócios Estrangeiros

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias significava uma grande aspiração para a esmagadora maioria dos que tinham nascido e chegado à razão na vigência do Estado Novo e possuíam dele uma visão crítica, devido ao seu carácter ditatorial e à incapacidade de realizar a modernização do país ou de resolver o problema colonial. Representava a forma palpável e exequível de terminar com o isolacionismo e o atraso social português.

O 25 de Abril de 1974 trouxe uma enorme esperança de mudança. Cedo, porém, se relevaram as pretensões hegemónicas dos comunistas e de parte importante do Movimento das Forças Armadas que pretendiam impor um regime tendo como modelos os sistemas totalitários de partido único. Quer o PCP quer o MFA detiveram até ao 25 de Novembro de 1975 uma enorme influência que se teria concretizado transitoriamente num regime comunista não fosse a resistência que se lhes foi oposta, sobretudo pela parte democrática das Forças Armadas, pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata e também pelo CDS.

A instauração de um regime pluralista com a consagração das liberdades fundamentais e de eleições livres era contudo frágil, e esse sentimento reforçou ainda mais o desejo de ingressarmos na organização política da Europa Ocidental, representada pelas Comunidades Europeias. Essa Europa constituía a garantia mais realista e

sólida de liberdade política e de democracia.

Ao fim de longas e porfiadas negociações, resultantes da acção convergente dos partidos democráticos (PS, PSD e CDS), foi finalmente obtida a almejada entrada, solenemente celebrada na assinatura do tratado de adesão de 12 de Junho de 1985.

Com ela, reforçou-se o Estado de Direito, a separação de poderes e a democracia, e os direitos, liberdades e garantias ganharam um novo vigor. O pluripartidarismo, por um lado, e o Estado Social, por outro, adquiriram igualmente um relevo prático muito maior do que até aí consagrado pela Constituição de 1976. Passámos a fazer parte do Mundo Ocidental que então claramente se contrapunha, na divisão dicotómica do Globo, ao mundo comunista.

Para mim, ter participado activamente neste processo, assinando o Tratado de Adesão de Portugal à CEE, constituiu o facto mais gratificante e significativo da minha carreira política. Nesse dia, não havia nuvens sobre Lisboa nem sobre a Europa.

Afigurou-se que, a partir daí, era possível fortalecer e concretizar grandes princípios do Estado democrático de Direito e as grandes reformas económicas e sociais que permitiam sermos verdadeiramente uma sociedade do século XX – certamente com esforço e trabalho, mas sem receios quanto a incertezas do futuro.

A queda do Muro de Berlim em 1989, seguida da implosão do Império Soviético, assegurava também a sólida convicção de que a Paz estava estabelecida. Parecia que em definitivo...

Essas impressões não eram erradas; eram apenas no tempo mais transitórias do que os mais cépticos poderiam julgar.

Quando hoje alguns se questionam sobre se valeu a pena a pertença à União Europeia face à realidade do presente, mais incerta e por vezes ameaçadora,



"A queda do Muro de Berlim em 1989, seguida da implosão do Império Soviético, assegurava também a sólida convicção de que a Paz estava estabelecida."

Para mim, ter participado activamente neste processo, assinando o Tratado de Adesão de Portugal à CEE, constituiu o facto mais gratificante e significativo da minha carreira política.

Quando hoje alguns se questionam sobre se valeu a pena a pertença à UE face à realidade do presente, mais incerta e por vezes ameaçadora, a resposta que dou é claramente afirmativa.

a resposta que dou é claramente afirmativa.

Se tivéssemos protelado a adesão até não se sabe quando ou se não a tivéssemos feito – como certos pretendiam em 1985 –, Portugal estaria hoje certamente mais perto dos países em vias de desenvolvimento do que dos países evoluídos e tecnologicamente avançados (ainda que alguma distância nos separe, em vários aspectos, destes).

Realizámos importantes progressos e mesmo a adesão ao euro, hoje tão criticada, constituiu um factor relevante de progresso.

Há que reconhecer que não aproveitámos como devíamos as ajudas da adesão e a nossa governação foi, no geral, pouco eficiente. Neste aspecto, não podemos esquecer que a qualificação das pessoas acabou por ser muito negligenciada, o que prejudicou a modernização e a produtividade do país.

É verdade também que os egoísmos nacionais dos Estados-membro fizeram muitas vezes olvidar os grandes princípios consagrados nos tratados da construção europeia. Mas fo-

ram os nossos excessos de despesismo e consequentes défices orçamentais os principais factores da situação difícil que atravessámos em 2011 e que conseguimos agora ultrapassar.

Há também que observar que a Europa não foi nunca apenas economia. Foi orientada por um ideal de valores humanistas que algumas vezes estiveram obscurecidos, mas que obstinadamente acabaram sempre por renascer.

Por outro lado, na realidade contemporânea onde se cumulam, de novo, os riscos de conflitos e onde as ameaças do terrorismo jihadista com propósitos globalizantes tentam afirmar-se, a Europa continua a representar uma entidade política mais segura do que a fragmentação nos seus Estados-membro.

Apesar de todas as debilidades – e por vezes contradicções – da cooperação atlântica, a União Europeia constitui, juntamente com os Estados Unidos da América, a garantia mais forte da segurança dos povos e da estabilidade das democracias. ■



Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

Economia sofreu com euro e abertura a Leste

Retrato Adesão à UE trouxe inúmeras vantagens, mas também desafios para os quais o país não se preparou, como o euro e a concorrência externa.

Luís Reis Pires
luis.pires@economico.pt

O clube europeu permitiu a Portugal um desenvolvimento económico e social que, de outra forma, não teria sido possível. Mas trouxe exigências às quais o país não conseguiu responder: maior concorrência externa, sobretudo após o alargamento a Leste; e a criação da moeda única, que eliminou a arma da política monetária. Trinta anos depois, o país tarda em alcançar a média europeia. Quando chegou à então Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal vinha de três anos de um programa de ajuda externa do Fundo Monetário Internacional (FMI), o segundo da sua curta vida democrática. Um período marcado por restrições salariais e um ajustamento económico que só não foi mais doloroso porque o país tinha a arma da desvalorização da moeda, para dar um impulso às exportações e à competitividade. À conta dessa estratégia, a inflação andava perto dos 20%.

O PIB per capita do país correspondia então a cerca de apenas 55% da média do clube europeu, o que levou à transferência de grandes somas de dinheiro para Portugal, para ajudar ao desenvolvimento. Era o início do milagre dos fundos comunitários.

Os fundos e a questão agrícola

A estabilidade política alcançada após a chegada à CEE, aliada a uma conjuntura externa favorável e à transferência dos fundos comunitários, permitiu a Portugal acelerar e começar a convergir com o clube europeu. Nos primeiros anos após a adesão, entre 1986 e 1991, a economia nacional cresceu a uma média na ordem dos 5,7% ao ano. E o PIB per capita cresceu sempre a um ritmo muito superior ao da média da CEE.

Um resultado ajudado pelo recurso a uma política orçamental expansionista: o Estado gastava para estimular a economia, de tal forma que o défice nunca foi inferior a 3% do PIB e chegou mesmo a superar os 7%.

A chegada dos fundos estruturais trouxe, porém, uma consequência para a qual o país não estava devidamente preparado. Ao abrigo das regras da Política Agrí-

cola Comum (PAC) - que sofreu duas grandes alterações que apanharam a economia nacional - Portugal viu-se obrigado a reduzir a exploração e a produção, motivando críticas que ainda se ouvem hoje em dia, de que a Europa pagou para Portugal destruir a sua agricultura e pescas.

“Verificou-se uma redução da actividade agrícola, da população ligada à agricultura, mas não partilho a ideia de que tudo foi mau”, diz António Mendonça, economista e professor do ISEG. “Portugal seguiu as tendências gerais, ainda que com atraso: aumentou as actividades com maior valor acrescentado; aumentou a qualidade de produções; e criou condições para a atracção de um outro tipo de empresários”, frisa, notando que a PAC levou a que se eliminassem produções e explorações de menor valor. E se é verdade que, na altura da adesão, o sector representava cerca de 20% do emprego em Portugal, no que diz respeito ao PIB acabava por não contribuir com mais do que 9%.

A moeda única e o alargamento

O início dos anos 90 trouxe uma travagem da economia, que coincidiu com o trilhar do caminho para a moeda única. A adesão ao Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC), em 92, retirou autonomia à política monetária: passou a haver limites à flutuação do câmbio do escudo face ao marco alemão.

O esforço de convergência nominal, a que se somou uma maior atenção às contas públicas e uma maior dificuldade perante o aumento da concorrência externa, levou a que a convergência com a Europa diminuísse.

A entrada de dez novos Estados-membro, com salários mais baixos e produtos mais baratos, provocou um choque de competitividade que já não podia ser disfarçado com desvalorizações da moeda.

O PIB cresceu a um ritmo consideravelmente mais baixo - em 93, fruto da crise cambial, o país esteve mesmo em recessão - e o PIB per capita passou a crescer a um ritmo mais em linha com média europeia, chegando a ficar aquém da média em alguns anos. O cenário agravou-se com a chegada da moeda única: o país perdeu a arma da política monetária. E logo numa altura em que a concorrência externa aumentou, fruto do alargamento da UE aos países de Leste, em 2004.

A entrada de dez novos Estados-membro, com salários mais baixos e produtos mais baratos, provocou um choque de competitividade que já não podia ser disfarçado com desvalorizações da moeda. O país não se tinha reformado para enfrentar as exigências da nova Europa e isso era cada vez mais notório.

A crise e o acentuar das assimetrias

Entre 2001 e 2008, a economia cresceu de forma tímida e sempre muito apoiada na grande vantagem da moeda única: a facilidade de acesso ao crédito. A crise financeira de 2008 e a resposta dos Estados, através dos gastos para estimular as respectivas economias, aumentando défices e dívidas públicas, precipitaram o país para o terceiro resgate externo da democracia.

O programa de ajustamento foi desenhado para implementar as reformas que o país não fez nos anos após a adesão à CEE, algo que exigiu o empobrecimento da economia, à medida que os Estados mais ricos, com menores dificuldades, fugiam cada vez mais.

“Não soubemos antecipar as transformações na Europa”, diz Mendonça, que aponta o dedo também à Europa. “Sofremos o choque do euro e não conseguimos adaptar-nos. Mas o euro não actuou simetricamente no ajustamento. Pelo contrário, acentuou as assimetrias”, conclui.

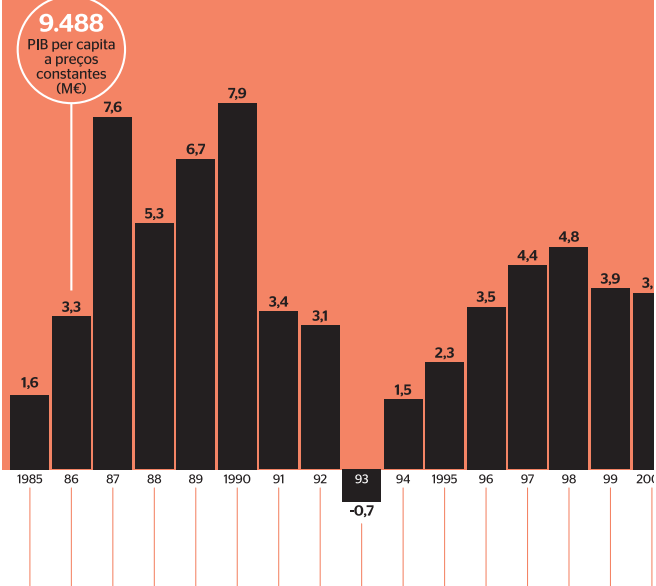
O país está mais desenvolvido e mais perto da UE - o PIB per capita valia, em 2013, 79% da média comunitária. Mas tem ainda vários desafios pela frente, a começar pelo desemprego, que é hoje mais elevado do que há trinta anos atrás. ■

RETRATO PORTUGAL MAIS PERTO DA EUROPA

O forte crescimento da economia portuguesa após a adesão à UE terminou com a preparação para a moeda única. A chegada do euro e o alargamento a Leste trouxeram uma realidade para a qual o país não se soube preparar. Portugal está mais perto da Europa, mas tarda em convergir com o clube europeu. E trinta anos depois, o país tem mais desemprego.

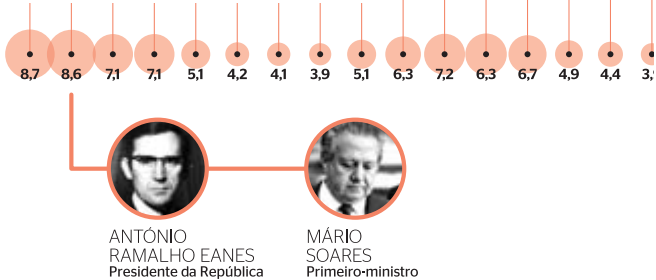
EVOLUÇÃO DO PIB

Valores em %



TAXA DE DESEMPREGO

Valores em % da população activa



ANTÓNIO RAMALHO EANES
Presidente da República



MÁRIO SOARES
Primeiro-ministro

REALIDADE NACIONAL DEPOIS DE 30 ANOS

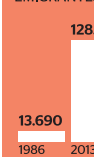
O clube europeu trouxe um desenvolvimento social a Portugal que não teria sido possível sem as avultadas verbas dos fundos comunitários. A educação foi um dos sectores onde o país conseguiu melhores resultados nos últimos 30 anos.

POPULAÇÃO

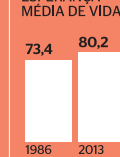
POPULAÇÃO RESIDENTE



EMIGRANTES



ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA



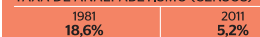
Fonte: FMI, INE, Pordata

EDUCAÇÃO

ALUNOS



TAXA DE ANalfabetismo (CENSOS)



DESPESA DO ESTADO COM EDUCAÇÃO (M €)





ID: 59683649

12-06-2015

O 'mea culpa' do PSD versus o "país subsidiário" do PS

Inflação

Valores em %

Exportações

Valores em %

Défice

Valores em % do PIB

Dívida

Valores em % do PIB

Balança corrente

Valores em % do PIB

1986 2015

11,7

0,6

8,0

5,9

-10,4

-3,2

56,5

126,3

3,1

1,4

Seis eurodeputados em curto e aceso debate na hora de fazer o balanço das três décadas de Portugal na UE.

Gisa Martinho em Estrasburgo
gisa.martinho@economico.pt

O ambiente de pré-campanha eleitoral contaminou o debate entre os seis eurodeputados convidados para, em Estrasburgo, fazer o balanço dos 30 anos da assinatura da adesão de Portugal à CEE. As diferentes leituras políticas do caminho percorrido pelo país desde 12 de Junho de 1985 e, em particular, nos últimos cinco anos, rapidamente degenerou numa troca de palavras azeda entre os eurodeputados da coligação e do PS, perante o independente Marinho e Pinto e a ala mais à esquerda - PCP e Bloco alegaram agendas apertadas para se retirarem mais cedo.

"A celebração não é total", disse Carlos Zorrinho, eurodeputado do PS, depois de frisar que desde "2011 Portugal cometeu um erro de posicionamento", ficou "sem voz activa na UE, tornou-se um país subsidiário da Alemanha". A intervenção do socialista causou de imediato incómodo entre os eurodeputados da maioria, que atrasados, só ouviram as frases finais. Antes Zorrinho, que era professor na Universidade de Évora em 1985, tinha destacado que Portugal era hoje, graças à entrada no clube europeu, uma "sociedade mais moderna" e "uma democracia consolidada, ainda que a necessitar de obras". Ainda que haja muito para aprender, por exemplo, como "subir na cadeia de valor, com mais criação de riqueza e menos através dos custos de mão-de-obra". O socialista terminou, por isso, com um apelo à reflexão uma vez que o país "nunca tinha divergido em termos sociais e isso quebrou-se nos últimos quatro anos".

Paulo Rangel, eurodeputado do PSD, ainda destacou o "salto brutal" dado por Portugal entre 1985 e 2015, os ganhos em infraestruturas e qualificação, mas não resistiu a um ataque político aos socialistas. O social-democrata lembrou "a irresponsabili-



"Não se pode culpar a União Europeia. Os portugueses também falharam, havia obrigações que não cumprimos", diz Paulo Rangel.



"Há sempre um custo social quando é preciso pagar contas", avisou Nuno Melo que preferiu passar ao lado da celebração dos 30 anos de adesão.



Desde "2011 Portugal cometeu um erro de posicionamento", ficou "sem voz activa na UE, tornou-se um país subsidiário da Alemanha", diz Carlos Zorrinho.



Para João Ferreira os últimos anos desmentem o "cenário idílico e de harmonização do progresso" que muitos esperavam e frisou os "efeitos profundamente assimétricos".



Marisa Matias criticou as más escolhas políticas: "Ninguém nos obrigou a gastar dinheiro em betão em vez de em massa cinzenta".

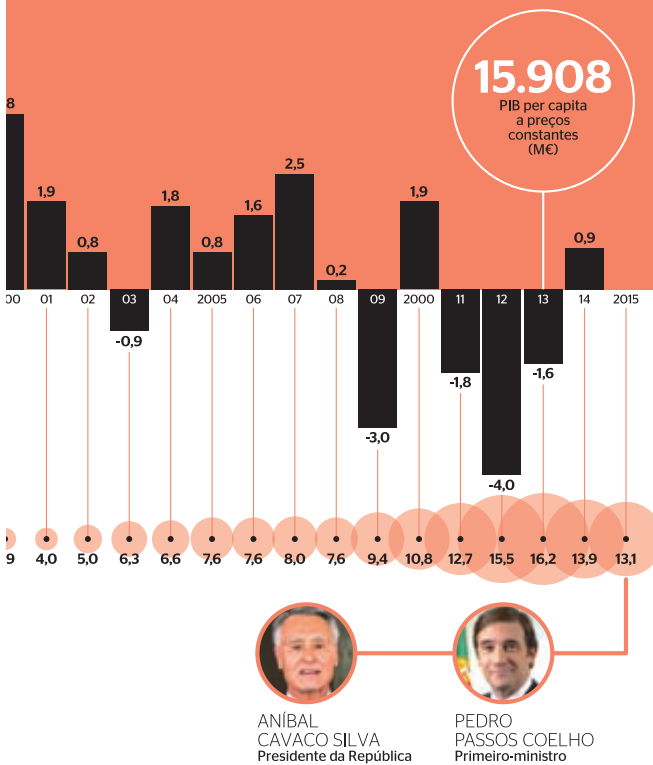


Para Marinho e Pinto é "especulativo" dizer que o país está melhor dentro da União Europeia.

dade total do Governo socialista", que levou ao resgate da 'troika', e a necessidade de um 'mea culpa' do país: "Não se pode culpar a União Europeia. Os portugueses também falharam, havia obrigações que não cumprimos". Nuno Melo, do CDS, preferiu passar ao lado da celebração dos 30 anos, para apontar baterias ao programa de governo socialista apresentado a semana passada. "Há sempre um custo social quando é preciso pagar contas", avisou o popular.

Não houve resposta socialista. Carlos Zorrinho, antigo secretário de Estado do Executivo de José Sócrates, também alegou problemas de agenda para sair da sala do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. A restante esquerda também deixou cedo o debate, mas ficaram notas negativas das três décadas de Portugal na UE. João Ferreira destacou, em primeiro lugar, o desaparecimento de explorações agrícolas, da frota pesqueira, da perda de peso da indústria num balanço que reconhece ser "complexo e difícil". O eurodeputado comunista salientou ainda os "efeitos profundamente assimétricos" do processo europeu e notou que os últimos anos desmentem o "cenário idílico e de harmonização do progresso" que muitos esperavam nos anos 80. Marisa Matias, do Bloco, assinala os dois momentos - Tratado de Maastricht e euro - em que a integração deixa de ser "positiva para ser negativa". A bloquista critica também as más escolhas políticas. "Ninguém nos obrigou a gastar dinheiro em betão em vez de em massa cinzenta", diz. E, para o futuro da UE, Marisa Matias tem "dúvidas que a comunidade resista com esta quebra de solidariedade".

Na fase do debate interactivo sobre os 30 anos da assinatura do Tratado, em Belém, restavam apenas Paulo Rangel e Marinho e Pinto - para quem é "especulativo" dizer que o país está melhor dentro da UE. Nem o dia de Portugal, 10 de Junho, fez com que os parlamentares baixassem a guarda em período pré-eleitoral num tema, Europa, que no passado fazia esbater divergências políticas e até formar uma frente comum do bloco central. ■



ANÍBAL CAVACO SILVA
Presidente da República



PEDRO PASSOS COELHO
Primeiro-ministro

SAÚDE

DESPESA DO ESTADO COM SAÚDE (M €)

1986: 830
2013: 8.589

HOSPITAIS

1986: 70
2013: 82

CAMAS POR MIL HAB.

1986: 392
2013: 340

JUSTIÇA

TRIBUNAIS



EMPRESAS

EMPRESAS CONSTITUIDAS

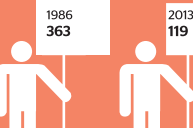
1986: 11.631
2014: 31.898

TRABALHO

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

1986: 112,2
2015: 505,0

GREVES



Infografia: Mário Malhão | mario.malhao@economico.pt



Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

A adesão na primeira pessoa

Relatos O Económico convidou seis personalidades a escrever uma pequena história sobre a sua experiência europeia que os marcou nestes trinta anos.



"Isto não é economia, é política"

ELISA FERREIRA

Europeputada do PS

Em 1977, quando acabei o curso de Economia, a hipótese da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) já estava na agenda, mas os assuntos europeus ainda não constavam do curriculum académico.

Tornei-me assistente na Faculdade de Economia do Porto e recebi então um convite para colaborar com a Comissão de Coordenação da Região Norte. Aí, recebi como primeira encomenda analisar o que aconteceria à região Norte se algum dia Portugal aderisse à CEE. Foi um desafio tão interessante quanto angustiante porque não tinha qualquer base por onde partir.

Comecei por isso por fazer um primeiro trabalho sobre o que era a CEE - que acabou por ser publicado - com base na escassa literatura existente na altura, que me obrigou a fazer inúmeras viagens de comboio a Lisboa para fotocopiar as informações disponíveis no centro de documentação europeu. Foi a minha estreia nos assuntos europeus.

Esta foi uma história que me marcou sobre o quão distante a agenda europeia estava então do nosso quotidiano. Acabei por beneficiar de uma bolsa que me levou para Inglaterra fazer um mestrado e um doutoramento exactamente sobre esses temas, findos os quais regressei aos lugares de origem, já com outra leitura das circunstâncias.

Não perdi o rumo da encomenda inicial e logo na tese de mestrado fiz os cálculos sobre os ganhos e perdas em termos de desvios e de criação de comércio decorrentes da adesão à CEE, que me deixaram muito preocupada.

Quando, em grande aflição, fui comunicar ao Dr. Mário Soares, na altura primeiro-ministro, que sem os fundos estruturais de apoio às regiões mais desfavorecidas os resultados económicos da adesão seriam muito duvidosos, ele respondeu com um grande sorriso e a maior das bonomias: "Minha querida amiga, isto não é economia, isto é política".

Esta é uma frase que me vem frequentemente à memória, e que hoje considero mais actual do que nunca.



Diplomata carteiro

FERNANDO NEVES

Embaixador e ex-secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Uma das minhas primeiras funções no MNE foi o pelouro da CEE. Coube-me assim ocupar-me do processo de adesão, que implicava um exaustivo mas fascinante trabalho, que ia desde a redacção de documentos à preparação das viagens ministeriais às capitais dos então nove Estados membros e ao acompanhamento, em Lisboa, dos funcionários da Comissão encarregados do processo de adesão.

Redigi em Fevereiro de 1977 as cartas com o pedido de adesão às três Comunidades. Um mero formulário que a Comissão nos forneceu.

Nesse tempo, os pedidos de



Foto de família de vários primeiros ministros e chefes da diplomacia europeia no Palácio Real em Madrid no final da cerimónia de adesão de Espanha.

Um colega britânico disse-nos "caso se tenham esquecido das cartas temos aqui um envelope vazio para entregarem".



adesão eram entregues em Bruxelas pelo embaixador do país candidato ao representante do Estado-membro que detinha a presidência. Estava previsto que as ditas cartas, depois de assinadas pelo primeiro-ministro, fossem enviadas para Bruxelas pela mala diplomática regular. Só foram porém devolvidas na

véspera da data prevista para a sua entrega. Não era já possível enviá-las por mala. O director-geral recorreu aos grandes meios: mandou-me ir a Bruxelas levar as cartas.

Sucedeu que nesse tempo fumava e tinha um magnífico isqueiro Dupont, lacado a preto, que muito prezava. O avião da

TAP aterra em Bruxelas, começa o desembarque e quando estou quase a sair dou conta que me esqueci do precioso isqueiro. Aguardei que os outros passageiros saíssem, voltei buscá-lo e, quando finalmente saí, dou pelo colega que estava à minha espera, mas sobretudo das cartas, à beira de um ataque de nervos, convencido que eu não tinha vindo.

No dia seguinte o nosso representante, o embaixador António Siqueira Freire, um grande Senhor e um Grande Diplomata, convidou-me a assistir à cerimónia. Ufano por participar num momento histórico, lá o acompanhei à representação do Reino Unido junto das Comunidades Europeias, país que detinha a presidência, onde o nosso embaixador entregou as três anódinas cartas que mais mudaram Portugal no século XX. Quando chegámos um colega britânico disse-nos "caso se tenham esquecido das cartas temos aqui um envelope vazio para entregarem..." ■

Audiovisual da União Europeia



Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

Audiovisual da União Europeia

O primeiro-ministro Mário Soares abraça o seu homólogo espanhol Felipe González.



Português? Só conheço choferes de táxi e mulheres-a-dias

FERNANDO FRUTUOSO DE MELO
Director-geral do Desenvolvimento e Cooperação

Naquele início de 1987 Portugal era um recém-chegado à União Europeia, olhado de soslaio por muitos funcionários e diplomatas do microcosmos da “Europa europeia”. Muitos dos emigrantes lusos que nos anos sessenta vieram para estas bandas a salto e com uma mala de cartão eram já pequenos ou mesmo grandes empresários, empregados qualificados, gente séria e trabalhadora que se afirmou e se integrou na sociedade local, como vida estável, uma casa, uma situação. Mas para muito bom diplomata ou funcionário internacional a imagem que tinham de nós tinha parado em... 1960: um país pobre, atrasado, sujeito até há pouco a uma ditadura terceiro-mundista, muito católico e muito conservador. Difícil de nos verem de outra forma, mesmo aos eurofuncionários como eles.

Dai as perguntas e as surpre-

sas: como era possível ver tantas mulheres nas delegações portuguesas nas reuniões com o Conselho e com a Comissão? Tantas portuguesas funcionárias, tantos portugueses com estudos universitários e pós-universitários, a falarem tão bem francês e inglês, ou mesmo alemão? O quê? Em Portugal as mulheres podiam ter contas bancárias sem autorização dos maridos? Na Bélgica tal não era permitido até 1990... O quê? E os filhos tinham o nome de família da mãe e do pai? Na Bélgica tal só foi permitido... em 2014! O Código Civil Português reconhecia a igualdade entre os sexos? E mesmo no seio do matrimónio e da família? E a igualdade de direitos dos filhos dentro ou fora do casamento? E o divórcio e o aborto eram legais?

Levámos meses ou mais a explicar que o nosso país tinha dado um enorme salto societal, político e económico e que a adesão à então CEE era a nossa esperança de consolidar esse progresso, com a integração num espaço democrático e numa economia social de mercado então vibrante e dinâmica.

Pouco a pouco fomos afirmando e o nosso valor foi sendo reconhecido. Somos tão bons como os outros, por vezes melhores, trabalhamos tão bem como eles e até temos muitas vezes um espírito mais aberto e mais inovador.

Vários de nós, com muito trabalho e empenho, para não dizer engenho e arte, fomos fa-

zendo o nosso caminho e hoje há na Comissão cerca de sessenta portugueses em cargos de chefia.

A colega que me perguntou em Maio de 1987 se eu era português, pois portugueses só conhecia choferes de táxi e mulheres-a-dias, era minha subordinada dois anos depois. Comecei na Direcção Geral da Cooperação e Desenvolvimento, onde passei sucessivamente por funções de técnico, em seguida assistente do director-geral e chefe de divisão. Depois passei pela administração e em 1999 tirei quatro anos de licença sem vencimento para vir tomar ar e apanhar som a Portugal. Em 2003 voltei a Bruxelas, à DG Pescas; depois ao Alargamento, no gabinete do comissário Olli Rehn, em

seguida director no Secretariado Geral da Comissão, responsável pelas relações com o Parlamento Europeu, depois chefe adjunto de gabinete do presidente Durão Barroso, de novo na administração como director-geral adjunto e agora, desde 2013, de regresso à origem, à na Direcção Geral da Cooperação e Desenvolvimento, como director-geral.

Visto hoje de Bruxelas, Portugal é um país que se modernizou e que conseguiu ultrapassar uma profunda crise financeira, económica e social, onde apetece ir passar férias ou apenas o fim-de-semana, os oito voos diários de Bruxelas para Lisboa estão muitas vezes cheios. Os portugueses são reconhecidos e respeitados, temos um capital há que preservar e ampliar. Já não somos os pobres e atrasados, somos mesmo, com os irlandeses, um caso de sucesso. Sucesso esse que espero possa chegar o mais depressa possível ao bolso e à vida dos meus compatriotas.



“Che Dio lo benedica”

PAULO SANDE
Investigador do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e ex-director do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu

Aderi à União Europeia no mesmo ano de Portugal: corria o ano de graça de 1986 e nada seria como dantes no Ocidente.

Recordo uma história singular de entre as muitas que poderia evocar: Novembro de 1988, Estrasburgo. Enquanto espera-

Em Maio de 1987, uma colega disse-me que portugueses só conhecia choferes de táxi e mulheres-a-dias, conta Frutuoso de Melo.



va a remoção das barreiras que impediam a passagem pelos “passos perdidos” do Palácio da Europa, reflectia nas palavras que acabara de ouvir: “O meu desejo enquanto pastor supremo da Igreja Universal, vindo da Europa Central e conhecedor das aspirações dos povos eslavos, esse outro ‘pulmão’ da nossa mesma pátria europeia, é que a Europa possa um dia crescer para as dimensões que lhe foram dadas pela geografia e pela história”. Uma utopia, pensava, condenada a esbarbar no Muro ainda erecto, coberto de grafitos do lado Ocidental, imaculado a Leste. Então, instintivamente, ergui a cabeça: uma figura vestida de branco dirigia-se-me. Olhos de um escuro azul devassaram-me a alma; estendeu a mão, quedei-me transido por instantes, entreguei-lhe a minha. Ele sorriu, “che Dio lo benedica”, e foi-se. De sorriso parvo na cara, fiquei a imaginar essa Europa grande e unida a respirar o futuro a dois pulmões.

Passaram-se 27 anos. Há seis meses, novo Papa visitou a capital da Alsácia. Pediu aos deputados que cuidem “da fragilidade dos povos e pessoas” (Francisco). Apelo à liberdade individual, sem “limite além daquele que a sociedade” impõe para salvaguardar a liberdade do próximo (João Paulo II). Exigiu uma Europa centrada na pessoa humana (Francisco). Lembrou o substrato cristão da Europa (João Paulo II). “Esta Europa avó já não é fecunda nem vivaz”, afirmou Francisco. O continente está “envelhecido”, disse, e apelo ao reforço “da democracia dos povos da Europa”.

27 anos depois, perseguem-me os olhos de João Paulo II. A Europa alargou-se (quase) aos limites da (sua) geografia e história. Mas nada está concluído: há muito a reconstruir nesta integração imperfeita, refém de egoísmos nacionalistas e pulsões tsunâmicas de lucro sem freio.

Mas talvez dentro de 27 anos, também a Europa unida, solidária, humana, fiel à tradição clássica, romana e cristã, volte a ser fecunda e vivaz. ■

Há muito a reconstruir nesta integração imperfeita, refém de egoísmos nacionalistas e pulsões tsunâmicas de lucro sem freio.

Destaque 30 anos de adesão à União Europeia



A guerra das línguas

FRANCISCO SEIXAS DA COSTA
Embaixador e antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus (1996-2001)

Foi em 1995, durante os trabalhos do “grupo de reflexão” para a revisão do Tratado de Maastricht. Os debates eram em francês ou inglês. Um dia, em Lisboa, sou informado que os alemães haviam exigido o uso da sua língua nos trabalhos futuros. Era difícil recusar: era (e é) a mais falada primeira língua dentro da UE. Aproveitando a “boleia”, a Espanha, que tinha a presidência do “grupo de reflexão”, e a Itália, que era a nova presidência semestral da UE, colocaram discretamente as respetivas línguas entre as que poderiam ser utilizadas na reunião seguinte do “grupo”. Falei telefonicamente com os holandeses e os gregos, mas não consegui criar com eles nenhuma frente de resistência à “golpada”. Informei assim Bruxelas que, se houvesse mais alguma língua na reunião para além do alemão, eu falaria em português (cabia-me nessa reunião representar Portugal, substituindo o titular, o professor Gonçalves Pereira). Foi-me dito que, infelizmente, para essa reunião, não poderia haver interpretação para português. Retorqui que, nesse caso, eu falaria em português, “traduzindo” depois para uma das línguas até aí

utilizadas. Demoraria apenas o dobro do tempo... Chegando a Bruxelas, os espanhóis procuraram convencer-me das suas razões. Recusei. Minutos depois, vieram ver-me os italianos, acolitados pelo secretário-geral do Conselho. Mantive a minha teimosia. A reunião começou tensa. O presidente espanhol abriu a reunião em francês. Inscrevi-me para falar logo depois do italiano. Quando ele falou, falou em inglês. Sorri. Na Europa, bater o pé, quando se tem razão, é a melhor política.



Um belo esforço

VÍTOR MARTINS
Antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus (1985 e 1995)

Onze anos depois do 25 de Abril, Portugal assinou o Tratado de Adesão às Comunidades Europeias. Para aí chegar foram oito anos de negociações duras. Foi com longas noites negociais que se fez dia na nossa adesão.

A última noite negocial, no Palácio das Necessidades, foi de cariz bilateral, luso-espanhol, para regular a transição das relações entre os dois países ibéricos após a adesão. Descobrir e enfrentar a Espanha como parceiro e como concorrente no mesmo espaço económico integrado, foi um dos maiores, senão o maior impacto da nossa adesão. Imediatamente antes, em sucessivas longas noites em



Grupo de 20 dos 24 eurodeputados portugueses eleitos nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu realizadas em Portugal, em 1987.



Primeiros eurodeputados portugueses e espanhóis à chegada ao aeroporto de Estrasburgo a 2 de Janeiro de 1986. O primeiro a descer a escada do avião é o eurodeputado português Luís Paes Belroco e o segundo Francisco Lucas Pires.

Bruxelas, Portugal tinha fechado as negociações com os dez Estados membros. Foi no quadro do fecho das negociações que Delors elaborou, com base num pedido português, a subtil e discreta declaração anexa ao Tratado que garantiu, uns anos mais tarde, também numa longa noite de um Conselho Europeu, a decisão sobre o PEDIP.

Depois da adesão, veio a negociação permanente, isto é, colocar e defender o interesse nacional no perimetro do interesse comum europeu. A integração de Portugal deu-se na mesma altura em que a construção europeia acelerou o seu aprofundamento, com o mercado único, Schengen e a União Económica e Monetária. Decisiva foi a liderança de Delors e o apoio de Mitterrand e Köll. A

oposição recorrente da senhora Thatcher não chegou para bloquear esses avanços.

Um dia, questionada por jornalistas, sobre o significado real da expressão “coesão económica e social”, Margareth Thatcher disparou com alguma sobrançaria: “It’s their word for cash!”. Mas não foi por esse menosprezo da Dama que um dia exigiu “My money back” que a coesão económica e social deixou de se erguer como pilar da integração europeia. Foi um

Questionada sobre o significado real da expressão “coesão económica e social”, Thatcher disparou: “It’s their word for cash!”.

instrumento para o crescimento económico intenso que Portugal conheceu nesse período.

Em 1992, ocorreu a primeira presidência portuguesa da União Europeia, vivida com a adrenalina que uma “primeira vez” sempre desencadeia. De tantos momentos intensos recordo apenas um, a iniciativa conduzida pela presidência portuguesa de então para mediar um acordo entre o Reino Unido e a Espanha, de modo a garantir que Gibraltar pudesse integrar plenamente o funcionamento do mercado interno a partir de 1992. Depois de muitas auscultações e diálogos bilaterais, organizámos uma reunião final para formular um compromisso aceitável por ambos os países. Foi assim que, numa tarde primaveril, os meus colegas Carlos Westendorp e Tristan Garel Jones e eu próprio nos reunimos, a sós, em Seteais, com o objectivo de alcançar uma fórmula que fizesse convergir a Espanha e o Reino Unido. Depois de muitas horas de debate frontal, mas sempre construtivo, já bem de madrugada (mais uma longa noite negocial!) chegámos a um compromisso considerado equilibrado e razoável. Contudo, uns dias depois, uma das partes viria a recusar o compromisso que, por isso, nem viu a luz do dia. Mas que foi um belo esforço, foi, daqueles que integram a parte invisível do iceberg de qualquer Presidência Europeia. ■





Destaque 30 anos de adesão à União Europeia

96 mil milhões depois... Portugal recebe mais 25 mil milhões de euros

Fundos Ao dinheiro que Portugal recebeu de Bruxelas somaram-se outros 82 mil milhões, mas o país continua longe da convergência com a UE.

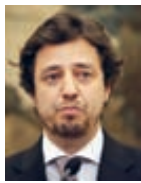
Mónica Silveiras
monica.silveiras@economico.pt

Entre 1989 e 2013, Portugal recebeu mais de 96 mil milhões de euros em fundos estruturais e de coesão. Resultado? Um país mais moderno, desenvolvido e mais próximo dos parceiros europeus. Mas não o suficiente. 28 anos depois, Portugal volta a ser beneficiário de um novo quadro comunitário de apoio e volta a receber mais 25 mil milhões de euros.

“Os fundos não cumpriram a sua missão”, reconhece o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida. “Portugal vive há 28 anos com quadros comunitários e se nos primeiros dez anos se aproximou 12 pontos percentuais da economia europeia, nos 18 anos seguintes houve uma divergência de um ponto percentual do rendimento per capita europeu. Um resultado que poderia ser ainda pior, caso a Europa não tivesse feito um alargamento, a países mais pobres que baixaram a média europeia”, sublinha o responsável. “Não aceito que me digam que está bem. Estou disposto a tudo para tentar, pelo menos, um caminho diferente que nos garanta que dentro de sete anos nos aproximamos da média europeia”, acrescenta Castro Almeida.

Fruto da persistência desta divergência, Portugal voltou a receber de Bruxelas um cheque de 25 mil milhões de euros para investir entre 2014 e 2020 no desenvolvimento do país.

E como “os dinheiros públicos são o fermento de outros dinheiros”, nas palavras de Luís Valente de Oliveira, ex-ministro do Planeamento, a estes 96 mil milhões de euros comunitários somaram-se mais 48 mil milhões de euros de contrapartida nacional por parte de entidades públicas e 34 mil milhões de agentes privados, revela o estudo “25 anos de Portugal europeu”, coordenado pelo economista Augusto Mateus. “Somando o financiamento da União Europeia, a contrapartida



“O objectivo é ter muito menos fundos dentro de sete anos, o que significaria que Portugal convergiu com a média europeia”, diz o ministro Miguel Poiares Maduro.



“Os fundos não cumpriram a sua missão”, reconhece o secretário de Estado Manuel Castro Almeida.



“Os dinheiros públicos são o fermento de outros dinheiros”, diz Luís Valente de Oliveira.



“Começou-se pelo mais óbvio e premente, o que se afigurou como bom critério” para “reduzir o défice de acessibilidade e apostar na formação”, diz Luís Braga da Cruz.

pública nacional e a contrapartida privada nacional entre 1989 e 2013, o montante global de investimento programado para Portugal ascende a 178 mil milhões de euros a preços constantes de 2011”, revela o documento. “Este montante total de investimento programado para o país supera a riqueza anualmente gerada pela economia portuguesa”, acrescenta.

Com o acesso aos fundos comunitários “Portugal sai do jejum de infraestruturas”, explica Luís Braga da Cruz. “Começou-se pelo mais óbvio e premente, o que se afigurou como bom critério” para “reduzir o défice de acessibilidade e apostar na formação”, frisa o presidente da Fundação Serralves e do Centro Português de Fundações.

Até ao alargamento a Leste, aos parceiros iniciais da coesão era destinada cerca de metade das verbas da política regional europeia, passando para cerca de um quarto no pós-2007. Portugal foi dos grandes beneficiários dos fundos estruturais por habitante. Com os fundos comunitários Portugal construiu estradas (só no QCA I foram 1.133 km de autoestradas), hospitais, escolas, redes de saneamento, linha férrea, portos, etc. Mas com o novo quadro comunitário – o Portugal 2020 – as regras começam a mudar e a prioridade além da competitividade da economia passa também pela inovação social. “Nem só de betão vive o desenvolvimento”, lembra Braga da Cruz.

Ao longo destes anos, os fundos apoiaram mais de 39 mil projectos de empresas, a larga maioria de PME. Sendo o QREN o período que, de longe, mais empresas apoiou (cerca de 14 mil, de acordo com os dados de execução de Maio deste ano).

“O objectivo é ter muito menos fundos dentro de sete anos”, admite o ministro do Desenvolvimento Regional. Miguel Poiares Maduro explica que isto “significaria que Portugal convergiu com a média europeia. Era o verdadeiro indicador”. ■

APOIOS RECEBIDOS

Até 2020 Bruxelas terá disponibilizado a Portugal 212 mil milhões de euros.

Quadro comunitário	Valor
QCA I	13,3 mil milhões
QCA II	25,4 mil milhões
QCA III	30,5 mil milhões
QREN	26,8 mil milhões
Portugal 2020	25,2 mil milhões

Fonte: Comissão Europeia

Bruno Barbosa



€ 11,17 milhões

A Casa da Música foi financiada em 11,17 milhões de euros por Bruxelas, mas o apoio poderia ter ido até 14,89 milhões.

Paulo Figueiredo



€ 179,44 milhões

A Expo 98 foi financiada num total de 179 milhões de euros. Mas o custo elegível ascendia a 285 milhões.

Paula Nunes



€ 1,93 milhões

Foi quanto Bruxelas pagou efectivamente pelo CCB, mas inicialmente Bruxelas admitia pagar até 3,11 milhões.

12 de Junho de 1985, Portugal na CEE



Audiovisual da União Europeia

Os 30 anos de Portugal na União Europeia vistos por Rui Machete, António Vitorino, Elisa Ferreira, Fernando Neves, Fernando Frutuoso de Melo, Paulo Sande, Francisco Seixas da Costa e Vítor Martins. → P4 A 16 E OPINIÃO